

## RESÍDUOS DE CONSTRUÇÃO E DEMOLIÇÃO EM VIÇOSA-MG: AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE LEGAL E PRÁTICAS LOCAIS DE GESTÃO

Maria Clara da Silva Castro; Beatryz Cardoso Mendes

ODS 11: Cidades e Comunidades Sustentáveis

Pesquisa

### Introdução

A má gestão dos resíduos sólidos causa sérios impactos ambientais e à saúde pública, pois esses materiais podem conter substâncias tóxicas e atrair vetores de doenças. A construção civil gera os denominados resíduos de construção e demolição (RCD) – também chamados de entulho ou resíduos da construção civil. A Resolução 307 do CONAMA (2002) classifica os RCD em quatro categorias (A, B, C e D), determinando formas específicas de reutilização, reciclagem ou descarte. No entanto, a destinação correta ainda é negligenciada: estima-se que 70% dos RCD no Brasil sejam descartados irregularmente. Diante disso, esta pesquisa foca no município de Viçosa (MG), onde a construção civil tem papel relevante na economia local. O estudo busca analisar a gestão dos RCD na cidade, avaliando o cumprimento das legislações e identificando falhas.

### Objetivos

O objetivo deste estudo é investigar, de forma crítica e comparativa, o grau de conformidade entre as diretrizes e exigências estabelecidas pela legislação brasileira e a realidade prática observada no município de Viçosa-MG no que diz respeito à gestão e ao descarte dos resíduos de construção civil. Busca-se identificar possíveis discrepâncias entre o que é previsto na lei e as ações efetivamente realizadas, abrangendo etapas como a segregação, transporte, armazenamento, reciclagem e destinação final dos resíduos.

### Material e Métodos ou Metodologia

A metodologia foi dedicada à revisão bibliográfica e documental sobre a gestão de Resíduos de Construção e Demolição (RCD), abrangendo legislações, normativas técnicas, relatórios oficiais e produções acadêmicas que tratavam do tema. O levantamento documental contemplou a legislação vigente nas três esferas administrativas: federal, estadual e municipal.

A leitura e análise desses documentos seguiram uma lógica hierárquica, partindo das normas de caráter nacional, avançando para o nível estadual. Por fim, foram examinados os dispositivos legais municipais, como o Código de Obras, o Plano Diretor, a Política Municipal de Saneamento e demais normativas que, direta ou indiretamente, abordavam o manejo de RCD em Viçosa.

### Apoio Financeiro

### Resultados e/ou Ações Desenvolvidas

A pesquisa avaliou a adequação e aplicação da legislação sobre Resíduos da Construção e Demolição (RCD) em Viçosa, Minas Gerais, evidenciando que, enquanto as normas federais e estaduais apresentam diretrizes claras, a legislação municipal mostrou-se desatualizada, genérica e insuficiente para orientar práticas efetivas. Foram identificadas lacunas e contradições entre os diferentes níveis normativos, dificultando a fiscalização e a padronização de procedimentos. Constatou-se, assim, a necessidade urgente de revisão e atualização da legislação municipal, de modo a alinhá-la às diretrizes superiores e às demandas ambientais atuais. Os resultados também contribuem para o debate acadêmico e técnico, ao revelar o descompasso entre legislação e prática, que compromete a efetividade da gestão de resíduos no município.

### Conclusões

Dessa forma, a pesquisa evidencia que apenas por meio da integração entre fiscalização efetiva, legislação atualizada, infraestrutura adequada e qualificação profissional será possível alinhar a gestão municipal às exigências ambientais contemporâneas, garantindo um gerenciamento de RCD mais eficiente, sustentável e socialmente responsável.

Para superar esses entraves, torna-se indispensável o fortalecimento da fiscalização municipal, com a criação de mecanismos permanentes de monitoramento e acompanhamento das atividades relacionadas ao ciclo de vida dos RCD. Além disso, é fundamental revisar e atualizar a legislação local, de modo a adequá-la às diretrizes já consolidadas em nível estadual e federal, conferindo maior especificidade às normas e oferecendo orientações práticas para engenheiros, construtores e demais profissionais do setor.

### Bibliografia

BRASIL. Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 3 ago. 2010. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm)>. Acesso em: 17 abr. 2025.

CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE – CONAMA. Resolução nº 307, de 5 de julho de 2002. Estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 17 jul. 2002. Disponível em: <<https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=98303>>. Acesso em: 17 jun. 2025.

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE VIÇOSA – SAAE. Relatório de Condições e Potencialidades da Coleta de Água (RCPA). Viçosa, 2015. Disponível em: <[https://www.saaevicosa.mg.gov.br/public/admin/globalarq/uploads/files/2015\\_RCPA%20vers%C3%A3o%20final.pdf](https://www.saaevicosa.mg.gov.br/public/admin/globalarq/uploads/files/2015_RCPA%20vers%C3%A3o%20final.pdf)>. Acesso em: 05 jun. 2025.

TORRES, Levi. 70% do entulho no Brasil é descartado incorretamente. Abrecon, 03 jun. 2023. Disponível em: <<https://abrecon.org.br/artigos/70-do-entulho-no-brasil-e-descartado-incorretamente>>. Acesso em: 18 ago. 2025.

VIÇOSA (MG). Código de Obras do Município de Viçosa. *Leis Municipais*. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/codigo-de-obras-vicosa-mg>>. Acesso em: 17 jun. 2025.

VIÇOSA (MG). Código de Posturas do Município de Viçosa. *Leis Municipais*. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/codigo-de-posturas-vicosa-mg>>. Acesso em: 19 jun. 2025.

VIÇOSA (MG). Deliberação Normativa CODEMA nº 02, de 2022. Dispõe sobre diretrizes ambientais no município. *Prefeitura Municipal de Viçosa*, 2022. Disponível em: <[https://www.vicosa.mg.gov.br/abrir\\_arquivo.aspx/Deliberacao\\_Normativa\\_CODEMA\\_02\\_2022?cdLocal=2&arquivo=%7BC4E8B2DB-CA75-4BED-E2C0-66EB3EB52EBB%7D.pdf](https://www.vicosa.mg.gov.br/abrir_arquivo.aspx/Deliberacao_Normativa_CODEMA_02_2022?cdLocal=2&arquivo=%7BC4E8B2DB-CA75-4BED-E2C0-66EB3EB52EBB%7D.pdf)>. Acesso em: 24 mai. 2025.

VIÇOSA (MG). Lei Ordinária nº 2528, de 2015. Institui a Política Municipal de Saneamento Básico e dá outras providências. *Leis Municipais*, 2015. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/mg/v/vicosa/lei-ordinaria/2015/252/2528/lei-ordinaria-n-2528-2015-institui-a-politica-municipal-de-saneamento-basico-e-da-outras-providencias>>. Acesso em: 29 mai. 2025.

VIÇOSA (MG). Plano Diretor do Município de Viçosa. *Leis Municipais*. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/plano-diretor-vicosa-mg>>. Acesso em: 15 mai. 2025.